

Conflitos Internos e Perspectivas de Paz

Roberto Aliboni

Não há conflitos entre Estados a sul do Mediterrâneo (existem apenas conflitos internos) e as situações de beligerância estão também a diminuir. Um acordo de paz entre Israel e a Síria talvez já em 2000 representará um marco histórico para a região.

Actualmente, a região do sul do Mediterrâneo enfrenta três grandes conflitos e quatro conflitos menores. Esta nova vaga começou em 1992.

Há quatro boas notícias sobre o actual estado dos conflitos a sul do Mediterrâneo: duas guerras (Chade e Líbano) e um estado de beligerância (Israel versus Jordânia) já terminaram, e um conflito de grande dimensão (Saara Ocidental) está suspenso. As guerras no Líbano e no Chade foram guerras civis longas e amargas, com grandes implicações a nível regional. A Líbia interveio, activamente, no Chade, tanto com um contingente militar, como com a Legião Islâmica. Quase todos os países vizinhos do Médio Oriente ou com uma situação geográfica próxima intervieram directa ou indirectamente na guerra civil do Líbano.

A guerra do Chade terminou com a resolução da disputa territorial relativa à região de Aozou, entre a Líbia e o Chade. Existem, portanto, bases para uma paz duradoura. No Líbano, o fim da guerra civil foi conseguido com a aprovação de um novo pacto constitucional, que garante a primazia dos muçulmanos na antiga estrutura de partilha de poder, e a supervisão militar e política por parte da Síria – a intervenção da Síria poderá, contudo, provocar alguma instabilidade.

A assinatura do tratado de paz de 1994 entre Israel e a Jordânia contribuiu para o fim do estado de beligerância e para a irreversibilidade do processo de paz no Médio Oriente. A suspensão do conflito entre Marrocos e a Frente Polisário no Sara Ocidental é outro facto positivo. Neste caso, e embora as hipóteses da Frente Polisário retomar as ofensivas sejam escassas, a solução política para a situação continua suspensa. Sem uma solução política, estamos perante um conflito latente (ou terminado), mas não resolvido.

Tendências actuais

Como nota negativa temos os grandes/intermédios conflitos entre os grupos palestinianos e Israel e a erupção ou escalada de novos conflitos. Actualmente, a região sul do Mediterrâneo enfrenta três grandes conflitos e quatro conflitos menores.

O começo da nova vaga de conflitos ocorreu no ano de 1992. Foi nessa altura que o conflito entre o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e a Turquia, um conflito intermédio, se transformou numa guerra total (presumivelmente como consequência da Guerra do Golfo de 1990-91). No entanto, em 1998 regressou ao seu estatuto de conflito intermédio. O segundo grande conflito é o que opõe os grupos islâmicos e o regime militar argelino. O conflito, que é uma consequência directa da era pós-Guerra Fria, teve uma escalada rápida: em 1991 não existia; em 1992 era um conflito de pequena dimensão; e no ano seguinte transformou-se numa guerra, sem passar sequer pela fase de conflito intermédio. Em 1998 as baixas não diminuíram.

O terceiro grande conflito é o já mencionado conflito entre Israel e o movimento religioso e nacionalista palestiniano, que se opõe ao processo de paz, e a Autoridade Nacional Palestina.

O ponto de viragem que ocorreu em 1992 aplica-se também aos quatro conflitos menores. Nesse ano os conflitos armados entre os grupos islâmicos e o Governo egípcio atingiram e ultrapassaram as 25 mortes. Nos anos seguintes o conflito continuou, aumentando de intensidade até hoje. Os dados recolhidos pelo grupo de Uppsala sobre as baixas causadas por estes conflitos demonstram que houve 900 mortes até 1995. Se esta tendência se tivesse mantido, o conflito teria ultrapassado as mil mortes, transformando-se num grande conflito. Nos anos seguintes, a violência estabilizou e diminuiu ligeiramente.

Em 1993, e depois em 1995, a oposição armada ao Governo líbio – desencadeada por grupos islâmicos e algumas tribos líbias do centro-leste – posicionou-se duas vezes acima do limite para ser considerado um conflito armado. E continua a ultrapassar esse limite periodicamente. O terceiro conflito de pequena dimensão é o que opõe Israel e o Hezbollah, no sul do Líbano. Por fim, existe o conflito entre o Governo de Chipre e os cipriotas turcos.

Dois estados de beligerância – Israel/Síria e Israel/Líbano – completam o panorama sobre os aspectos negativos. São dois estados de beligerância que não implicam o uso da violência. Não se deve subestimar, no entanto, a violência latente no conflito Hezbollah-Israel.

Alguns destes conflitos têm ligações e implicações regionais mais amplas. A guerra entre a Turquia e o PKK está ligada a um conflito mais vasto que opõe os curdos aos alguns governos, especialmente aos do Iraque e Irão. O conflito interno egípcio entre os grupos islâmicos e o Governo está ligado a outro conflito de pequena dimensão entre o Egito e o Sudão. Este último tem sido caracterizado como uma disputa por território e recursos, mas há mais factores envolvidos. O actual Governo sudanês, dominado por líderes religiosos, partilha com os islamistas egípcios a mesma convicção sobre a natureza ilegítima do Governo secular do Cairo. De certo modo, o extremismo religioso liga o conflito entre o Egito e o Sudão a um conflito longo e maior, que se desenrola no Sul do Sudão, entre o Governo islâmico sudanês e organizações como o Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA).

O papel do Ocidente

Em jeito de conclusão, poder-se-á dizer que não há conflitos entre Estados e a beligerância entre Estados está também a diminuir. Contudo, esta tendência terá de ser apreciada à luz de uma série de factores emergentes.

Primeiro, a possibilidade de paz entre Israel e a Síria – cujas hipóteses aumentaram consideravelmente com o novo Governo trabalhista em Israel – seria um marco para a região. Para que isso se concretizasse seria necessária a assinatura de um tratado de paz com o Líbano, e o fim do conflito entre Israel e o Hezbollah no Sul do país. O panorama dos conflitos regionais mudaria drasticamente se se conseguisse a paz nesta zona.

Por outro lado, a paz com a Síria, o Líbano e o Hezbollah poderá, não só diminuir o interesse de Israel em resolver a situação com os palestinianos, como aumentar a instabilidade nos territórios ocupados e em Israel, exacerbando a tendência da região para a violência interna.

Em terceiro lugar, não há dúvida de que a questão curda continuará a criar tensões intra e entre Estados, nas áreas entre o Levante e o Transcáucaso, unindo-se a conflitos do pós-Guerra Fria e a tensões já existentes. Se confirmada, esta tendência representará uma mudança da zona tradicional de instabilidade no Médio Oriente, para uma zona nova a norte.

As novas tendências dos conflitos entre o Médio Oriente e o Transcáucaso envolvem importantes factores internacionais, entre os quais as políticas do Ocidente em relação aos países do Golfo e as políticas de segurança europeias em relação ao leste europeu e à Rússia. Uma política ocidental mais eficaz em relação aos chamados “Estados pária” do Golfo - o Irão e o Iraque -, assim como a integração gradual da Turquia na União Europeia e a aceitação por Ancara dos princípios de Copenhaga, ajudará a prevenir a emergência de conflitos nestas áreas.

Por outro lado, os crescentes e contínuos conflitos internos no Norte de África e no Levante requerem políticas mais eficazes para a construção de uma Parceria Euro-Mediterrânica, a consolidação de governos estáveis, o desenvolvimento económico e o respeito pelos direitos humanos. Estas políticas deverão ser desenvolvidas através do reforço e de uma aposta clara no processo de Barcelona.

Definição de conflito

Para que se possa proceder a uma comparação é necessário primeiro definir, analisar e ordenar os conflitos. O projecto de recolha de dados sobre conflitos (The Conflict Data Project) da Universidade de Uppsala, na Suécia, que apresenta as suas conclusões principais no Anuário do SIPRI, construiu uma série de definições e critérios que são uma base sólida e simples para uma análise.

Segundo o projecto de Uppsala, um “conflito armado” é “uma incompatibilidade contestada que diz respeito a um governo e/ou um território em que o uso de força entre as duas partes (em que pelo menos uma delas corresponde a forças governamentais), resulta em pelo menos 25 mortes relacionadas com a batalha”.

Os conflitos armados são hierarquizados de acordo com um duplo critério: as baixas que são calculadas numa base anual e as que são acumuladas ao longo de todo o conflito. Se o total de mortes durante toda a duração do conflito for inferior a mil considera-se que é um “conflito de pequena dimensão”. Se o número de vítimas ultrapassa o milhar considera-se um “conflito de grande dimensão”. Este tipo de conflito divide-se em duas categorias, com base na contagem anual das baixas. Assim, um conflito de grande dimensão mas que tenha registado menos de mil mortes durante o período de um ano é considerado um “conflito intermédio”, enquanto um conflito com mais de mil baixas num ano é considerado uma “guerra”.

A tabela apresenta uma listagem de todos os conflitos que ocorreram na região mediterrânica de 1989 a 1995. Baseia-se nos critérios adoptados pelo grupo de Uppsala, mas integra alguns casos controversos, deixados de lado pelo grupo. Esta integração tem como objectivo identificar conflitos em potência. Por isso, a tabela inclui disputas armadas que não são abrangidas pelo conceito de conflito armado; i.e. conflitos que não atingem as 25 mortes por ano. Estes conflitos “menores” são muito importantes no que diz respeito à prevenção de conflitos e mecanismos de detecção rápida. A perspectiva quantitativa em que assentam as definições de Uppsala corre também o risco de negligenciar avaliações qualitativas. Conflitos importantes são ignorados pela definição de Uppsala apenas por não atingirem as 25 baixas anuais. Isto é evidente nos casos dos conflitos latentes, estados de beligerância, e conflitos com poucas baixas, mas com profundas implicações políticas.